



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2010
PROCESSO Nº : 53000.014382/2011-86
UNIDADE AUDITADA : SPOA/MC - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
CÓDIGO UG : 410043
CIDADE : BRASÍLIA – DF
RELATÓRIO Nº : 201108751
UCI EXECUTORA : 170986 – SFC/DRCOM

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201108751, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SPOA/MC.

I – INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 5.5.2011 a 1.7.2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a não conformidade com o inteiro teor das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-107/2010 e 110/2010, tendo sido adotadas, por ocasião dos trabalhos de auditoria conduzidos junto à Unidade, providências que estão tratadas em itens específicos deste relatório de auditoria.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A partir do Relatório de Gestão 2010 da SPOA, realizou-se o levantamento e análise das informações referentes à execução das Ações sob responsabilidade da Unidade.

Apresenta-se abaixo um quadro relacionando as ações cujas respectivas execuções físicas ficaram abaixo da meta:

| 41101 – Ministério das Comunicações | | | | | |
|---|-------------------|------------------|-------------------------------|--|--|
| Programa 8006 – Gestão da Política de Comunicações | | | | | |
| Ação 12EA – Reforma do Edifício Sede do Ministério das Comunicações | | | | | |
| Meta | Previsão | Execução | Execução/ Previsão (%) | Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho | Providências Adotadas |
| Física | 3 | 1 | 33,30 | Processo não foi concluído em tempo hábil. | Homologação adiada para o exercício de 2011, caso seja disponibilizado limite orçamentário. |
| Financeira | R\$ 10.809.000,00 | R\$ 4.823.791,60 | 44,62 | | |
| Ação 12EB – Modernização da Estrutura de Informática do Ministério das Comunicações | | | | | |
| Meta | Previsão | Execução | Execução/ Previsão(%)) | Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho | Providências Adotadas |
| Física | 42,00% | 28,16% | 67,06 | Não informado pelo Gestor. | Não informado pelo Gestor. |
| Financeira | R\$ 24.459.800,00 | R\$ 6.658.089,33 | 27,22 | | |

Fonte: SIGPlan

Registra-se que, quanto à Ação 12EA – Reforma do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, conforme as informações apresentadas pela unidade em seu Relatório de Gestão e, complementarmente, por meio do Ofício 204/2011/SPOA, de 10.5.2011, houve execução física parcial da ação, sendo que dos três projetos planejados para 2010, apenas um foi levado a termo (reforma do Serviço Médico).

A execução do projeto “readequação dos espaços internos” foi deixado para 2011, diante a necessidade de alteração do próprio projeto executivo e republicação de edital. Porém, não foram informados nos relatórios os motivos para a alteração do projeto executivo, nem quais as alterações realizadas.

O projeto “reforma de toda a rede elétrica” não foi executado por conta da capacidade operacional da Unidade. Neste caso, o Relatório de Gestão da Unidade não apresentou as medidas a serem tomadas para garantir a execução do referido projeto no exercício de 2011.

Quanto à Ação 12EB – Modernização da Estrutura de Informática do Ministério das Comunicações, não restou clara como se dá a composição da meta física prevista e realizada, assim como quais seriam os projetos vinculados à Ação. Esses questionamentos foram levados ao gestor, por meio da Solicitação de Auditoria 201103190/019, de 27.4.2011, e, posteriormente, pela SA nº 201108751/005, de 2.6.2011.

A Unidade se manifestou, por meio do Ofício nº 257/2011/SPOA/SE-MC, de 10.6.2011, informando que a Ação 12 EB tem cadastrada no SIGPlan como unidade de medida a expressão “porcentagem de execução física”, e “em virtude da enorme diversidade de produtos e serviços desenvolvidos pela unidade responsável pela execução orçamentária de tal ação (...), não foi possível a determinação de um parâmetro único para a aferição da execução física”.

Com relação ao assunto, cabe ressaltar que, dentro do escopo de revisão do Planejamento Estratégico de TI, foi recomendada, em ponto específico deste relatório, o detalhamento de métricas para a avaliação de desempenho do citado PETI, entende-se que essa ação pode solucionar a questão da inconsistência dos indicadores de metas da Ação 12EB.

4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

A SPOA não possui indicadores institucionais para o exercício de 2010.

4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Com vistas a avaliar o funcionamento do sistema de controle interno da SPOA, foram analisadas as respostas dadas pela Unidade no questionário do Quadro 33 - “*ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ*”, do item 09 – “Funcionamento do Sistema Controle Interno da UJ”, do Relatório de Gestão de 2010 da SPOA.

De acordo com as orientações da Portaria – TCU Nº 277, de 7.12.2010, nesse quadro é apresentada uma autoavaliação da unidade quanto aos aspectos: I – ambiente de controle; II – avaliação de risco; III – informação e comunicação; e IV – monitoramento, com base em uma escala de valores que varia de 1 a 5, de acordo com a validade da afirmativa no contexto da SPOA, considerando os seguintes conceitos, *in verbis*:

“(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.”

Nesse sentido, referente ao aspecto “Ambiente de Controle”, a SPOA avaliou, com base nos critérios apresentados acima, como “(5) Totalmente válido”, o quesito 1 do quadro 33 do Relatório de Gestão.

| QUESITO | IDENTIFICAÇÃO |
|----------------|---|
| 1 | Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. |

Avaliou como “(4) Parcialmente válida”, os quesitos 02, 03, 05, 07, 08 e 09.

| QUESITO | IDENTIFICAÇÃO |
|---------|---|
| 02 | Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. |
| 03 | A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. |
| 05 | Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. |
| 07 | As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades |
| 08 | Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. |
| 09 | Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. |

E avaliou como “(3) *Neutra*”, os quesitos 04 e 06.

| QUESITO | IDENTIFICAÇÃO |
|---------|--|
| 04 | Existe código formalizado de ética ou de conduta. |
| 06 | Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. |

Questionada, por meio da SA 201103190/012, de 14.4.2011, acerca da avaliação dos quesitos acima, a SPOA apresentou o Ofício nº 193/SPOA/SE-MC, de 29.4.2011, que encaminhou a Nota Informativa nº 005/COMOR/SPOA/SE-MC, de 29.4.2011.

Quanto aos quesitos 3, 4, 5, e 7, a SPOA demonstrou que utiliza: a intranet, o Código de Ética da Presidência da República, sistemas operacionais de autorização e possui organograma com sua estrutura, respectivamente, sendo que todos estão à disposição dos servidores na intranet. Portanto, uma boa prática de gestão que contribui com o desenvolvimento do ambiente de controle.

Quanto ao quesito 1, a SPOA apresentou as Normas Operacionais adotadas, contudo, o fato de existirem tais normativos, não comprova a percepção do ambiente de controle por parte dos dirigentes da Unidade.

Quanto aos quesitos 2 e 6, foi informado que não existem pesquisas para avaliar a percepção dos servidores da SPOA, e não há previsão normativa de participação dos servidores na instituição dos procedimentos, instruções operacionais ou código de ética, o que demonstra a necessidade de aperfeiçoamento dos controles internos da Unidade, no que tange o desenvolvimento de uma cultura de conscientização acerca da importância de um sistema de controle interno eficiente.

Quanto aos quesitos 8 e 9, a SPOA informou que utiliza como mecanismo de controle, para evitar a concentração de funções, a exigência de fundamentação no Regime Interno e o uso do instrumento de delegação e subdelegação de competências, e que “*não se registrou, no âmbito da Subsecretaria, casos sobreposição de atribuições, competências ou funções entre suas unidades administrativas*”. Contudo, verificou-se, com base nos processos de licitação avaliados nesta auditoria de contas, a ocorrência de concentração de funções em uma servidora da Divisão de

Com relação ao quesito 9, cumpre destacar, que a resposta apresentada pela SPOA está mais relacionada à segregação de função na Unidade, do que nos resultados planejados/alcançados no exercício de 2010.

Já no que tange o aspecto “Avaliação de Risco”, a SPOA classificou como “(5) *Totalmente válido*”, o quesito 17 do quando 33 do Relatório de Gestão.

| QUESITO | IDENTIFICAÇÃO |
|---------|---|
| 17 | Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. |

Classificou como “(3) *Neutra*”, os quesitos abaixo.

| QUESITO | IDENTIFICAÇÃO |
|---------|---|
| 10 | Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. |
| 11 | Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. |
| 12 | É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. |
| 13 | É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. |
| 14 | A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo |
| 15 | Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão |
| 18 | Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. |

E classificou como “(2) *Parcialmente inválida*”, o quesito 16.

| QUESITO | IDENTIFICAÇÃO |
|---------|---|
| 16 | Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. |

Questionada, por meio da SA 201103190/012, de 14.4.2011, acerca da classificação apresentada acima, a SPOA apresentou o Ofício nº 193/SPOA/SE-MC, de 29.4.2011, que encaminhou a Nota Informativa nº 005/COMOR/SPOA/SE-MC, de 29.4.2011.

Com relação às informações apresentadas sobre os questionamentos 10, 11, 12, 13, 14 e 15, a SPOA informou que não possui um Plano Institucional, instrumento no qual deveriam estar definidos os objetivos e metas da unidade, assim como o mapeamento dos processos críticos para o atingimentos de seus resultados. Contudo, o gestor informa que está sendo elaborado o Planejamento Estratégico do Ministério das Comunicações que servirá de elemento balizador das

ações da SPOA.

Quanto aos itens 16 e 17, a SPOA informou que, apesar de não dispor de avaliações ou análises sobre fraudes e/ou perdas, ela apura todos os fatos que envolvem suspeitas de irregularidades por meio de Comissão Permanente Disciplinar – CPD.

Verifica-se que a apuração de irregularidades, por meio de Processos Disciplinares é uma boa prática de dissuasão de condutas indevidas de servidores. Todavia, a identificação e punição de servidores é o primeiro passo para se realizar avaliações e análises sobre fraudes e/ou perdas ocorridas na unidade, por meio do mapeamento de condutas típicas.

Nesse sentido, o alinhamento dos resultados das Sindicâncias e PADs permitiria à SPOA, identificar as mudanças no perfil de risco da Unidade, como forma de aperfeiçoar seus controles e minimizar as fragilidades relativas a fraudes e/ou perdas.

Quanto ao aspecto “Informação e Comunicação”, a SPOA avaliou como “(4) *Parcialmente válida*”, os quesitos 23 a 26.

| QUESITO | IDENTIFICAÇÃO |
|---------|--|
| 23 | A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. |
| 24 | As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. |
| 25 | A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. |
| 26 | A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. |

E classificou como “(3) *Neutra*”, o quesito 27.

| QUESITO | IDENTIFICAÇÃO |
|---------|--|
| 27 | A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. |

Por meio do Ofício nº 193/SPOA/SE-MC, que encaminhou a Nota Informativa nº 005/COMOR/SPOA/SE-MC, a SPOA informou que “a comunicação institucional vale-se da Intranet para divulgação de políticas, notícias e diretrizes, e de Memorandos-Circulares para a divulgação da normatização.”

Com base nessa manifestação, observa-se que a SPOA utiliza os instrumentos de comunicação institucional suficientes e adequados, portanto, adota boa prática de comunicação e informação institucional.

Por fim, quanto ao aspecto “Monitoramento”, a SPOA classificou os itens 28, 29 e 30 como “(3) *Neutra*”.

| QUESITO | IDENTIFICAÇÃO |
|----------------|--|
| 28 | O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. |
| 29 | O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. |
| 30 | O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. |

Com relação aos quesitos acima, por meio da Nota Informativa nº 005/COMOR/SPOA/SE-MC, de 29.4.2011, o gestor informou que não possui sistemática de monitoramento dos controles implementados, o que demonstra a ausência de monitoramento do sistema de controle interno no âmbito da SPOA.

Nesse sentido, observa-se que é imprescindível que a SPOA implante rotinas de monitoramento dos procedimentos de controles internos, buscando o aprimoramento do ambiente de controle e a melhoria na avaliação de riscos de controle.

Durante a realização deste trabalho avaliou-se, ainda, o funcionamento do Sistema de Controle Interno, assim como a implantação de controle referente à área de licitação da SPOA.

Nessa análise, apesar do gestor ter avaliado, por meio do item 9 do Relatório de Gestão, que a estrutura de controles internos da SPOA apresenta-se implementada de forma consistente, verificou-se que os procedimentos de controle adotados foram insuficientes para evitar ocorrências não desejadas em processos licitatórios.

Em função dessas ocorrências, solicitou-se, por meio da Solicitação de Auditoria nº 201103190/012, de 14.4.2010, que o gestor apresentasse informações sobre os itens de controle, nº 19 a 22, avaliados no Quadro 33, constante no Relatório de Gestão da SPOA, como “(4) *Parcialmente válida*”, para os itens 19, 20 e 22.

| QUESITO | IDENTIFICAÇÃO |
|----------------|--|
| 19 | Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. |
| 20 | As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. |
| 22 | As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. |

E como “(3) *Neutra*” para o item 21.

| QUESITO | IDENTIFICAÇÃO |
|----------------|---|
| 21 | As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. |

Como resposta aos questionamentos apresentados acima, o gestor manifestou-se, por meio do Ofício nº 193/2011, de 29.4.2011, que encaminhou a Nota Informativa nº

005/COMOR/SPOA/SE-MC, de 29.4.2011.

Com relação à manifestação apresentada, a SPOA informou que utiliza os sistemas informatizados corporativos do Governo Federal, assim como sistemas complementares próprios, para o controle de suas atividades, porém, não apresentou procedimentos de controle para a área de Licitações, e nem políticas e atividades estabelecidas, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos.

Nesse sentido, solicitou-se, por meio da SA nº 201103190/016, de 18.4.2010, que a SPOA apresentasse mais informações acerca dos controles existentes na área de Licitações da unidade.

Por meio da Nota Informativa nº 006/COMOR/SPOA/SE-MC, de 27.4.2011, encaminhado à esta CGU pelo Ofício nº 187/2011, de 27.4.2001, a SPOA informou que não dispõe de área ou setor de licitação formalmente definida para realizar as Aquisições de Bens e Serviços, o que representa descumprindo ao Regimento Interno do MC, além de evidenciar uma falha no sistema de controle interno da SPOA.

Além disso, não foram identificados, no âmbito da SPOA, fluxogramas e manuais referentes aos certames licitatórios, e apesar de ter sido apresentado um *check-list* de licitação, por meio da Nota Informativa nº 006/COMOR/SPOA/SE-MC, em nenhum dos 21 (vinte e um) processos de licitação analisados em função deste trabalho de Auditoria de Contas da SPOA, foi observada a presença desse *check-list*.

A SPOA informou que não realiza análises para identificar atividades críticas do processo licitatório, “*tendo em vista o pequeno quantitativo de processos licitatórios*”, o que não é coerente, uma vez que a SPOA realiza licitações para a aquisição de bens e serviços para todo o Ministério das Comunicações, o que demonstra a relevância dos processos licitatórios realizados pela SPOA, independente de qual a quantidade de licitações realizadas.

Com relação à divulgação e acompanhamento das alterações na legislação de Licitações, a SPOA informou que vem utilizando as mensagens dos Sistemas Corporativos do Governo Federal: SIAFI, SIASG e Comprasnet, porém, essas informações extraídas dos sistemas não sofrerem tratamento, nem qualquer tipo de análise, com vistas a auxiliar os servidos do MC quanto a interpretação e compreensão das alterações na legislação.

Assim, observa-se a necessidade de tratamento das informações referentes a alterações na legislação de licitação, além da realização de consulta a outras fontes, inclusive levando-se em consideração a utilização da internet como ferramenta de comunicação.

Essas fragilidades foram levadas ao conhecimento da SPOA, por meio da SA 201108751/005, de 2.6.2011.

Mediante o Ofício nº 252/2011/SPOA/SE-MC, de 8.6.2011, a SPOA informou que já encaminhou à Secretaria Executiva proposta de alteração de sua estrutura regimental, a ser encaminhada ao Ministério do Planejamento, onde consta a reestruturação da área de recursos logísticos com incremento de unidades e realocação de áreas com vistas a dar maior racionalidade aos processos de trabalho, aprimorar os controles e segregar as atribuições.

Nesse sentido, observa-se que as medidas propostas demonstram a intenção do Gestor em mitigar as fragilidades observadas nos mecanismos de controle interno dos processos de aquisições da SPOA, na medida que prevê a criação da Divisão de Acompanhamento e Elaboração de Editais e a retirada da atribuição da COSUP de administrar contratos, restabelecendo, desta forma, a competência original/regimental da COSUP, de preparar as aquisições da SPOA, na execução dos preparativos necessários para subsidiar a realização das licitações.

4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Não foram concedidas transferências voluntárias pela SPOA no exercício de 2010.

4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

O quadro abaixo apresenta o valor total de processos de licitação analisados ao longo deste trabalho, em relação ao valor total de despesas liquidadas em 2010 pela SPOA, separados por modalidade de licitação.

| Tipo de Aquisição de bens/serviços | Valor no exercício | % Valor sobre total | Montante analisado | % recursos analisados |
|------------------------------------|--------------------------|---------------------|-------------------------|-----------------------|
| Dispensa | R\$ 3.779.524,35 | 8,18% | R\$ 74.389,53 | 1,97% |
| Inexigibilidade | R\$ 3.087.796,99 | 6,69% | R\$ 46.755,00 | 1,51% |
| Convite | R\$ 0,00 | - | - | - |
| Tomada de Preços | R\$ 0,00 | - | - | - |
| Concorrência | R\$ 7.701.539,78 | 16,67% | R\$ 0,00 | 0,00% |
| Pregão | R\$ 31.618.149,77 | 68,46% | R\$ 9.724.335,12 | 30,76% |
| Total | R\$ 46.187.010,89 | 100,00% | R\$ 9.845.479,65 | 21,32% |

Apresenta-se abaixo o detalhamento dos processos de licitação analisados.

| Número do Processo | Contratada/CNPJ | Valor da Licitação Liquidado em 2010 | Oportunid. e Conveniência do motivo da Licitação | Modalidade da Licitação. | Fundamentação da dispensa | Fundamentação da inexigibilidade |
|----------------------|---|---|--|--------------------------|---------------------------|----------------------------------|
| 53000.005578/2010-07 | Construlimpa Materiais de Construção e Limpeza Ltda. 00.508.796/0001-98 Reis Office Products Comercial Ltda. 53.617.676/0004-38 | 5.976,00 (Construlimpa) R\$ 930,00 (Reis Office) | Inadequada | Não se aplica | Inadequada | Não se aplica |
| 53000.038624/2010-46 | Construlimpa Materiais de Construção e Limpeza Ltda. 00.508.796/0001-98 Sineiro Inforática Ltda. 72.627.672/0001-32 | R\$ 6.926,00 (Construlimpa) R\$ 145,00 (Sineiro) R\$ 864,00 (Eclipse) R\$ 64,00 | Adequada | Não se aplica | Inadequada | Não se aplica |

| | | | | | | |
|--------------------------|--|---|------------|---------------|---------------|---------------|
| | Eclipse Informática e Papelaria Ltda. 06.096.000/0001-31 RGN Som Eletrônica e Informática Ltda, 05.428.208/0001-20 Krista Tecnologia Ltda. 38.058.475/0001-01 | (RGN) R\$ 20,00 (Krista) | | | | |
| 53000.046151/ 2010-51 | R. M. Comercial Ltda-ME 04.491.335/0001-00 | R\$ 2.870,40 | Adequada | Não se aplica | Adequada | Não se aplica |
| 53000.027528/ 2010-72 | R. M. Comercial Ltda-ME 04.491.335/0001-00 Horus Telecomunicações Ltda. 02.677.045/0001-20 | R\$ 4.140,00 (RM) R\$ 1.320,00 (Horus) | Adequada | Não se aplica | Adequada | Não se aplica |
| 53000.047007/ 2010-31 | Tellus S/A Informática e Telecomunicações 24.935.454/0001-12 | R\$ 13.986,33 | Adequada | Não se aplica | Inadequada | Não se aplica |
| 53000.047625/ 2010-81 | Renasce Comércio e Serviços Ltda 38.057.477/0001-86 | R\$ 7.757,80 | Inadequada | Não se aplica | Inadequada | Não se aplica |
| 53000.037213/ 2010-33 | Instituto Nacional de Capacitação Ltda. - INC 05.486.290/0001-49 | R\$ 7.470,00 | Adequada | Não se aplica | Adequada | Não se aplica |
| 53000.034741/ 2010-31 | Instituto Nacional de Capacitação Ltda. - INC 05.486.290/0001-49 | R\$ 7.950,00 | Adequada | Não se aplica | Adequada | Não se aplica |
| 53000.047452/ 2010-00 | Prime Treinamentos e Cursos Ltda. - ME 12.246.059/0001-43 | R\$ 5.990,00 | Adequada | Não se aplica | Adequada | Não se aplica |
| 53000.064316/ 2010-76 | Prime Treinamentos e Cursos Ltda. - ME 12.246.059/0001-43 | R\$ 7.980,00 | Adequada | Não se aplica | Adequada | Não se aplica |
| 53000.003880/ 2010-12 | ELC Serviços Gráficos de Segurança Ltda. 42.153.841/0001-89 | R\$ 18.975,00 | Inadequada | Não se aplica | Não se aplica | Inadequada |
| 53000.038127/ 2010-48 | Orzil Consultoria Ltda. 08.942.423/0001-32 | R\$ 15.000,00 | Adequada | Não se aplica | Adequada | Inadequada |
| 53000.010435/ 2010-17 | Editora NDJ Ltda . 54.102.785/0001-32 | R\$ 12.780,00 | Adequada | Não se aplica | Não se aplica | Adequada |
| 53000.000813/ 2010-46 | Prestacional Construtora e Serviços Ltda. 05.496.394/0001-34 | R\$ 3.148.447,53 | Adequada | Devida | Não se aplica | Não se aplica |
| 53000.057020/ 2008-65 | Ágil Serviços Especiais Ltda. 72.620.735/0001-29 | R\$ 362.000,00 | Adequada | Devida | Não se aplica | Não se aplica |

| | | | | | | |
|--------------------------|--|------------------|----------|--------|---------------|---------------|
| 53000.003160/ 2010 | Santa Rita Comercial Ltda. 01.907.181/0001-05 | R\$ 33.153,12 | Adequada | Devida | Não se aplica | Não se aplica |
| 53000.032809/ 2009-11 | Colorado Comercio e Servico de Eletro- eletronicos Ltda. 08.635.621/0001-53 | R\$ 25.350,0000 | Adequada | Devida | Não se aplica | Não se aplica |
| 53000.040051/ 2009-87 | Planalto Service Ltda. 02.843.359/0001-56 | R\$ 1.122.000,00 | Adequada | Devida | Não se aplica | Não se aplica |
| 53000.045803/ 2010-30 | Planalto Service Ltda 02.843.359/0001-56 | R\$ 1.334.989,99 | Adequada | Devida | Não se aplica | Não se aplica |
| 53000.033289/ 2009-56 | Link-data Informatica e Servicos Ltda. 24.936.973/0001-03 | R\$ 167.988,00 | Adequada | Devida | Não se aplica | Não se aplica |

Além das falhas identificadas na Oportunidade e Conveniência do motivo da Licitação citadas no quadro acima, verificou-se as seguintes ocorrências:

- ausência de padronização, no processo de pesquisa de preço, resultando em falhas que comprometem a aferição do real valor da compra ou serviço a ser contratado por dispensa de licitação;
- ocorrência de erro de quantificação de material em edital, ensejando a realização de novo processo licitatório;
- alternância entre a exigência e a não exigência de certificação de qualidade, para aquisição de produto de natureza semelhante em pregões distintos, acarretando restrição à competitividade Restrição à competitividade de licitação, em função de exigência injustificada de certificação de amostra não detalhada em Edital, para aquisição de copos descartáveis de 200ml para água;
- concentração das funções de requisitante dos serviços; responsável pela confecção do Termo de Referência; integrante da equipe de apoio do pregão; e fiscal do contrato em um único servidor, desrespeitando o princípio da segregação de funções;
- restrição à competitividade de licitação, em função de exigência injustificada de certificação, para aquisição de copos descartáveis de 200ml para água;
- exigência de vistoria prévia do local de execução do objeto do contrato, como critério de desclassificação; e
- falha na verificação do enquadramento na situação de ME/EPP devido à ausência de critérios específicos.

Foi verificado que as causas dessas ocorrências são procedimentos de controle insuficientes adotados pela SPOA. Portanto, o sistema de controle interno no que tange a área de licitação e suprimento de bens e serviços da SPOA necessita de aprimoramentos, no intuito de se evitar que as ocorrências observadas nesse trabalho de auditoria de contas, referente aos processos de licitação, se tornem recorrentes.

4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

Da análise do Relatório de Gestão 2010 da SPOA, verificou-se a inexistência de análise crítica sobre a gestão de recursos humanos no âmbito do Ministério das Comunicações, bem como a ausência de implementação de estudos capazes de dimensionar a força de trabalho do MC quanto ao quantitativo, composição e perfil, frente as metas estabelecidas para a Unidade.

Com relação ao assunto a SPOA informou que aguarda a conclusão do Planejamento Estratégico e o mapeamento dos processos, para que possam ser realizados os estudos relacionados com a força de trabalho do Ministério.

O quadro abaixo apresenta um resumo do resultado das análises realizadas sobre a folha de pagamento da SPOA:

| Ocorrência | Quantidade de servidores analisados | Quantidade de servidores confirmados na ocorrência |
|---|-------------------------------------|--|
| Inconsistências, nos dados cadastrais e funcionais registrados, no SIAPE, de servidores Aposentados e Instituidores de Pensão investidos em outros vínculos | Todos | 4 |
| Incompatibilidade na acumulação dos cargos exercidos por servidores na situação funcional de Ativo Permanente e Aposentados | Todos | 1 |
| Aposentado com mais de um vínculo | Todos | 4 |
| Aposentado e que está na situação de Ativo Permanente | Todos | 2 |

Foi identificado que a falta de atualização dos dados cadastrais/funcionais dos servidores no sistema SIAPE, aliado a inexistência de procedimentos/rotinas, que permitam a atualização sistematizada das informações cadastrais dos servidores, constituem-se nas principais causas das desconformidades apontadas.

4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

Foi avaliado o atendimento pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MC das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Controladoria-Geral da União - CGU, no exercício sob exame, sendo analisadas as informações apresentadas no relatório de gestão da unidade e nas Solicitações de Auditoria expedidas sobre o assunto.

O resultado das análises foi que das 05 (cinco) recomendações feitas à SPOA nos Acórdãos do TCU referentes ao exercício sob exame, apenas 01 (uma) ainda não foi plenamente implementada, porém, encontra-se em andamento no âmbito do Ministério das Comunicações. E das 12 recomendações expedidas pela CGU no Relatório nº 224285, todas encontram-se atendidas.

4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Não foi identificada, na SPOA, a existência de passivos sem a consequente previsão orçamentária de créditos ou recursos, para o exercício de 2010.

4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

Com vistas a avaliar a motivação dos empenhos inscritos em restos a pagar ao final do exercício de 2010, foram analisados, no que concerne a valor, cronograma e vigência, os contratos e outros documentos referentes a uma amostra de 10 (dez) empenhos realizados pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL, os quais totalizam R\$ 10.629.749,40, 04 (quatro) empenhos realizados pela Coordenação Geral Gestão de Pessoas – CGGP, no total de R\$ 1.304.707,70, e 04 (quatro) empenhos realizados pelo Serviço de Inclusão Digital – SID, os quais totalizam R\$ 41.672.786,22, representando 80% dos valores empenhados em restos a pagar ao final de 2010.

Foi verificado que os empenhos analisados e inscritos em restos a pagar atendem aos requisitos da legislação vigente, excetuando os empenhos não processados 2010NE000019, no valor de R\$ 544.889,31, e 2010NE000020, no valor de R\$ 540.273,09, que se referem a provisões para quitar débitos com aposentados e pensionistas não recadastrados na data requerida pela UJ.

O quadro abaixo apresenta de forma resumida os valores analisados:

| Restos a Pagar Inscritos em 2010 (a) | Restos a Pagar Analisados (b) | Percentual Analisado (b)/(a) | % de RP com Inconsistência (inconsis. apurada)/(b) |
|---|--|---|---|
| R\$ 67.189.455,73 | R\$ 53.607.243,32 | 80% | 2,0% |

Fonte: SIAFIGerencial Web

Também ficou evidenciado a ausência de controle sobre as despesas registradas em restos a pagar, relativas aos aposentados e pensionistas, tendo em vista que não foi demonstrada, por parte da SPOA, a relação precisa entre os aposentados e pensionistas que não se recadastraram e o saldo remanescente dos recursos disponíveis, bem como não foi informado qual o prazo que o ministério aguarda para o cancelamento dessas despesas.

4.10 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

A SPOA não realizou Chamamento Público no exercício de 2010.

4.11 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

Durante a realização dos trabalhos foi avaliado se a SPOA mantém atualizadas as informações referentes a contratos e convênios, ou outros instrumentos congêneres disponíveis, respectivamente, no SIASG e no SICONV, conforme estabelecido no § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.

O resultado das análises evidenciou que a SPOA utiliza, além dos registros nos Sistemas Corporativos do Governo Federal (SICON/SIASG), um banco de dados de Acompanhamento de Contratos próprio da SPOA, tendo sido observadas divergências de registros entre os dados do Sistema de Acompanhamento de Contratos da SPOA e os dados do SIASG, por falta de atualização.

Todavia, a SPOA informou mediante o Ofício nº 256/2011/SPOA/SE-MC, de

10.6.2011, que as atualizações no SIASG já foram providenciadas, e com vistas a evitar-se a repetição de fatos desta natureza, foi deflagrado estudo de modo a migrar os dados contidos no Sistema de Acompanhamento de Contratos da SPOA para o SIASG.

4.12 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Da análise realizada sobre os controles exercidos pela Unidade de Pessoal do Ministério das Comunicações quanto ao recebimento e guarda das Declarações de Bens e Rendas, exigidas pela Lei 8.730/93, para o exercício de cargos, empregos ou funções de confiança, constatou-se que, apesar de todos os documentos solicitados terem sido disponibilizados, a SPOA não dispõe de sistema informatizado para a realização do controle de recebimento e arquivamento de tais documentos.

Todavia, mediante o Ofício nº 257/2011/SPOA/SE-MC, de 10.6.2011, a SPOA informou que dentro do prazo previsto de 90 (noventa) dias irá implantar uma rotina de controle, que irá controlar o recebimento e data de entrega das declarações.

4.13 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

Em análise à aderência da SPOA quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços, foi identificado que 10 dos 13 quesitos do quadro 34 – “Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis”, do Relatório de Gestão, que apresenta uma autoavaliação sobre licitações sustentáveis na unidade, foram avaliados pela SPOA como totalmente inválido, indicando, não aplicação do quesito, e um quesito foi avaliado com baixa aplicação.

Desta forma, restou evidenciada a falta de aderência às novas diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa 01/2010, de 19.1.2010, da SLTI/MP, sendo que a SPOA ainda não assimilou, em sua totalidade, as novas premissas e diretrizes para as compras públicas.

Foi verificado, porém, que a SPOA adotou providências, em termos diretivos, no sentido de sanar a falta de aderência da UJ em relação à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, ao encaminhar cópia da IN SLTI Nº 01, de 19.1.2010, aos responsáveis pelas compras da unidade, para fins de conhecimento e cumprimento do normativo.

4.14 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O quadro abaixo apresenta a quantidade de imóveis de uso especial sobre a responsabilidade do Ministério das Comunicações:

| LOCALIZAÇÃO | QUANTIDADE TOTAL DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES | |
|-------------|---|------|
| | 2009 | 2010 |
| BRASIL | 3 | 3 |
| EXTERIOR | 0 | 0 |

Por meio do Ofício nº 216/2011, foram apresentadas as informações utilizadas para compor o quadro “Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial”, requerido no item 11, da parte A, do

anexo II da DN TCU nº 107, de 27.10.2010. Contudo, foi verificado que a SPOA informou apenas 02 (dois) imóveis como sendo de Uso Especial sob a responsabilidade do Ministério das Comunicações, não incluindo entre eles o edifício Anexo ao edifício sede do Ministério.

O edifício Anexo ao edifício sede, tem a sua manutenção a cargo do Ministério dos Transportes, porém, tanto o edifício Sede quanto o seu Anexo são utilizados de forma compartilhada pelo Ministério das Comunicações e pelo Ministério dos Transportes, devendo esta ocupação parcial ser registrada no SPIUnet para as UGs de ambos os Ministérios, uma vez que a utilização parcial por uma unidade gestora deve ser cadastrada e identificada por meio do RIP Utilização, podendo ser cadastradas várias utilizações num mesmo RIP.

Sendo assim, o total de imóveis registrados sendo de Uso Especial sob a responsabilidade do Ministério das Comunicações deveria ser 03 (três).

Além disso, constatou-se que a base de dados do SPIUnet encontra-se desatualizada, faltando, também, a inclusão do anexo ao Edifício sede do Ministério das Comunicações.

4.15 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

Em decorrência dos trabalhos de auditoria realizados, constatou-se que o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, do Ministério das Comunicações, necessita de aprimoramento.

O nível de maturidade atual do PETI do MC é “1 Inicial / Ad Hoc”, o que de acordo com o Modelo de Maturidade do Cobit representa um processo de gerenciamento do processo de definição do PETI em que: *“A necessidade de um planejamento estratégico de TI é conhecida pela Direção de TI. O planejamento de TI é realizado caso a caso, em resposta a um requisito específico de negócio. O planejamento estratégico de TI é ocasionalmente discutido nas reuniões da Direção de TI. O alinhamento de requisitos de negócio, aplicações e tecnologia ocorre de forma reativa ao invés de seguir uma estratégia corporativa. A posição estratégica de risco é identificada informalmente projeto a projeto.”*

A ausência da abordagem de alguns temas pelo PETI da Unidade, seria compatível com o nível de maturidade atual (1 – Inicial/Ad Hod). Entretanto, é importante que tais temas sejam tratados, visando à melhoria do PETI, e à minimização dos riscos envolvidos.

Desta forma, seria importante aprimorar o PETI do Ministério das Comunicações, ao menos com os seguintes detalhamentos:

- Descrição do atual ambiente de Tecnologia da Informação, relatando os recursos de hardware, software, humanos e financeiros disponíveis quando do início da elaboração do PETI;
- Descrição dos projetos a serem realizados e suas prioridades frente aos objetivos e às metas do Ministério, bem como os recursos de hardware, software, humanos e financeiros necessários para sua efetiva implementação, relatando, ainda o cronograma de execução dos projetos; os principais resultados / benefícios esperados; os custos previstos; e os fatores críticos de sucesso, ou seja, aquelas atividades que são essenciais e merecem especial atenção para que se alcancem os objetivos.

- Proposta, elaborada em conjunto com os demais órgãos e entidades competentes, que contemple as demandas de recursos humanos das Áreas de Tecnologia da Informação necessárias para elaboração e gestão de seus PDTI;

- Plano de ação, elaborado em conjunto com os demais órgãos e entidades competentes, para viabilizar a capacitação dos servidores das Áreas de Tecnologia da Informação.

Ademais, observa-se que o PDTI foi elaborado na ausência de um Plano Estratégico Institucional do Ministério das Comunicações, uma vez que de acordo com a Nota Informativa nº 003/COMOR/SPOA/SE-MC, de 18.4.2011, encaminhada por meio do Ofício nº 171/2011, SPOA, de 19.4.2011: *“O planejamento Estratégico do Ministério encontra-se em fase de elaboração, já havendo sido realizadas reuniões sistemáticas para tal finalidade. A previsão é que o referido planejamento seja concluído até o final do mês de julho vindouro”*.

A análise da manifestação aponta que no momento inexistente Planejamento Estratégico Institucional em vigor no Ministério, encontrando-se o mesmo em elaboração, o que prejudica a elaboração de um PETI mais robusto devido à descontinuidade dos projetos.

Quanto ao comprometimento da Alta Direção da unidade no alinhamento do planejamento estratégico de TI, constatou-se que o PETI não foi submetido à aprovação da alta direção do Ministério.

Constatou-se, também, a inexistência de Comitê diretivo de TI e de Comitê Gestor de Segurança da Informação no âmbito do Ministério das Comunicações, o que representa um risco de ausência de ações de segurança da informação, ou ocorrência de ações ineficazes, descoordenadas e sem alinhamento com o negócio, contrariando determinação da Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13.6.2008.

Contudo, mediante o Ofício nº 252/2011/SPOA/SE-MC, de 8.6.2011, a SPOA informou que já emitiu o memorando circular nº 246/2011, de 07/06/2011, solicitando aos órgãos do Ministério a indicação de servidores com o objetivo de constituir o Comitê de Tecnologia da Informação – CTI e do Comitê Gestor de Segurança da Informação.

Com relação aos recursos de TI disponíveis na SPOA, constatou-se a inexistência de rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades do Ministério, a ausência de processo de trabalho formalizado para a contratação de bens e serviços de TI e a inexistência de gerência e definição de acordos de níveis de serviço entre a unidade e as empresas fornecedoras de soluções em TI, o que aumenta o risco de realização de aquisições desnecessárias, com baixa qualidade e desalinhadas das necessidades do negócio a médio e longo prazo.

Nesse contexto, constatou-se ainda, que a totalidade das soluções de TI da SPOA são mantidas por terceiros, acarretando risco de dependência de indivíduos sem vínculo com a Administração para a execução de atividades críticas ao negócio do órgão.

Quanto a essas constatações, a SPOA informou, por meio do Ofício nº 254/2011/SPOA/SE-MC, de 9.6.2011, que *“já foi encaminhada a proposta de reestruturação da área de TI, na qual é prevista uma área responsável pela aquisição de bens e serviços de TI, sendo formalizada, por esta futura área, a elaboração de um processo de trabalho para essas aquisições*

(...)” e que “(...) o novo modelo de contratação, previsto para área de TI, mitiga o risco da dependência causada pela terceirização da área.”

Desta forma, a SPOA demonstra sua preocupação em mitigar as fragilidades apontadas nesta constatação, quanto à compatibilidade entre os recursos de TI e as necessidades do Ministério.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília, DF, 28 de julho de 2011.

| Nome | Cargo | Assinatura |
|------|-------|------------|
| | AFC | |
| | AFC | |
| | AFC | |
| | AFC | |
| | TFC | |
| | AFC | |
| | TFC | |



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO Nº : 201108751
UNIDADE AUDITADA : Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/MC
CÓDIGO : 410043
EXERCÍCIO : 2010
PROCESSO Nº : 53000.014382/2011-86
CIDADE : Brasília

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art.10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de **01Jan2010 a 31Dez2010**.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria Anual de Contas constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. A partir dos exames realizados, as seguintes constatações, que estão detalhadas no respectivo Relatório de Auditoria, impactaram de forma relevante a gestão da unidade examinada, sendo necessária a atuação e acompanhamento das providências preventivas e/ou corretivas por parte dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010:

2.1.1.1 Ausência de implementação de estudos capazes de dimensionar a força de trabalho do MC quanto ao quantitativo, composição e perfil, frente as metas estabelecidas para a Unidade.

2.1.2.1 Insuficiência de controles internos instituídos na área de licitação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Comunicações.

2.1.2.2 Fragilidade no funcionamento do Sistema de Controle Interno da SPOA, quanto aos aspectos de ambiente de controle, avaliação de risco e monitoramento dos controles.

2.1.6.2 Contratação indevida mediante inexigibilidade de licitação, referente à ausência de caracterização da singularidade de serviços almoço, estacionamento e aluguel de auditório, no valor total de R\$ 4.120,00.

2.1.6.3 Ausência de justificativa para a escolha da marca, em processo de inexigibilidade de licitação, para aquisição de malotes do tipo Snapseal.

2.1.6.4 Ausência de padronização, no processo de pesquisa de preço, resultando em falhas que comprometem a aferição do real valor da compra ou serviço a ser contratado por dispensa de licitação.

2.1.6.6 Ausência de adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços em desconformidade com as diretrizes constantes da Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 19.1.2010.

2.1.6.8 Concentração das funções de requisitante dos serviços; responsável pela confecção do Termo de Referência; integrante da equipe de apoio do pregão; e fiscal do contrato em um único servidor, desrespeitando o princípio da segregação de funções.

2.1.6.11 Restrição à competitividade de licitação, em função de exigência injustificada de certificação, para aquisição de copos descartáveis de 200ml para água.

2.2.1.2 Ausência de registro de aprovação, por parte da alta administração do Ministério das Comunicações, do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI.

2.2.1.3 Inexistência de Comitê Gestor de Segurança da Informação no âmbito do Ministério das Comunicações.

2.2.1.5 Ausência de rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades do Ministério.

2.2.1.6 Ausência de acordos de níveis de serviço nos contratos celebrados entre a SPOA e as empresas fornecedoras de soluções em TI.

4. Assim, em função dos exames aplicados sobre os escopos selecionados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108751, proponho que o encaminhamento das contas dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63 seja como indicado a seguir, em função da existência de nexo de causalidade entre os atos de gestão de cada agente e as constatações a seguir especificadas:

4.1. Agentes com proposta de encaminhamento pela gestão REGULAR COM RESSALVAS:


| Cargo | Constatações |
|---|--------------|
| Subsecretário de Planejamento Orçamento e Administração período de 01.01.2010 a 31.12.2010 | 2.1.1.1 |
| | 2.1.2.2 |
| | 2.1.6.6 |
| | 2.2.1.6 |

| | |
|---|----------|
| Coordenador-Geral de Recursos Logísticos período de 01.01.2010 a 31.12.2010 | 2.1.2.1 |
| | 2.1.6.2 |
| | 2.1.6.3 |
| | 2.1.6.4 |
| | 2.1.6.6 |
| | 2.1.6.8 |
| | 2.1.6.11 |
| Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas período de 01.01.2010 a 31.12.2010 | 2.2.1.6 |
| | 2.1.1.1 |
| Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação período de 01.01.2010 a 31.12.2010 | 2.1.6.2 |
| | 2.1.6.6 |
| | 2.2.1.5 |
| | 2.2.1.6 |

5. Esclareço que os demais agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63 que não foram explicitamente mencionados neste certificado têm, por parte deste órgão de controle interno, encaminhamento proposto pela regularidade da gestão, tendo em vista a não identificação de nexos de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos referidos agentes.

6. Ademais, esclareço ainda que no caso das constatações referidas nos itens 2.2.1.2 e 2.2.1.3 do Relatório de Auditoria, constantes no item 3 deste Certificado, não foi identificado nexo de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63.

Brasília, 28 de julho de 2011.


Coordenador-Geral de Auditoria da
Área de Comunicações - Substituto



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO Nº : 201108751
EXERCÍCIO : 2010
PROCESSO Nº : 53000.014382/2011-86
UNIDADE AUDITADA : Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/MC
CÓDIGO : 410043
CIDADE : Brasília

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da SFC/CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. As análises realizadas evidenciaram fragilidade no funcionamento do Sistema de Controle Interno da Unidade, quanto aos aspectos de ambiente de controle, avaliação de risco e monitoramento dos controles, além de insuficiência de controles internos instituídos na área de licitação, evidenciadas por falhas em atos de contratação de bens e serviços, dentre as quais destacam-se: contratações indevidas mediante inexigibilidade e dispensa de licitação; ausência de padronização no processo de pesquisa de preço; adoção de práticas que restringem a competitividade da licitação; não atendimento ao princípio da segregação de funções; deficiências nos controles da execução de contratos de tecnologia da informação; e ausência de adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços.

3. Com relação à gestão de tecnologia da informação na Unidade, foram verificadas falhas quanto à elaboração e aprovação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, assim com inexistência de um Comitê Gestor de Segurança da Informação no âmbito do MC e ausência de rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de Tecnologia da Informação com as reais necessidades do Ministério.

4. Já no âmbito da gestão de Recursos Humanos, identificou-se a ausência de implementação de estudos capazes de dimensionar a força de trabalho do Ministério quanto ao quantitativo, composição e perfil, frente às metas estabelecidas para as respectivas unidades administrativas e operacionais que compõem a estrutura do Ministério.

5. As análises permitiram identificar que as principais disfunções constatadas decorrem de deficiências do sistema de controle interno da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, em função da carência de procedimentos e rotinas de controle


bem definidos, estabelecidos em normativos internos. Nesse sentido, foram recomendadas providências que requerem melhoria dos processos de gestão da Unidade referentes à criação e implantação de rotinas de controle, que deverão ser devidamente normatizadas.

6. A partir da exposição dessas ocorrências, a Subsecretaria adotou ações que demonstram a intenção de mitigar as fragilidades observadas, as quais dizem respeito à elaboração de proposta de alteração na estrutura regimental do Ministério, onde estão previstas a reestruturação da área de contratação e de tecnologia da informação, à elaboração do Planejamento Estratégico do Ministério das Comunicações que servirá de elemento balizador das ações da SPOA, e à criação do Comitê de Tecnologia da Informação e do Comitê Gestor de Segurança da Informação.

7. O acompanhamento implementação das medidas promovidas pela Unidade, em consonância com o Plano de Providências Permanente, demonstrou que todas as recomendações expedidas pela CGU no relatório de contas anual – exercício 2009, encontram-se atendidas.

8. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 28 de julho de 2011


Diretora de Auditoria da Área
de Produção e Tecnologia